



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13155 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

TELETRABALHO E ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A NOVA FACE DA PRECARIZAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cílon César Fagiani - UNIUBE - Universidade de Uberaba

Fabiane Santana Previtali - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

TELETRABALHO E ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A NOVA FACE DA PRECARIZAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL

Resumo: O objetivo deste trabalho é problematizar o trabalho docente na educação básica pública no Brasil e em Portugal, no âmbito da difusão das tecnologias informacionais-digitais e suas plataformas controladas pelas grandes corporações de tecnologia da informação. A análise recai sobre a qualificação profissional, os meios de interação e as condições de trabalho, com especial atenção à difusão do teletrabalho remoto sob a pandemia do Covid-19. A metodologia foi baseada em estudos bibliográficos, documentais e relatórios de pesquisas, análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), Base de Dados Portugal Contemporâneo - Pordata e Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em períodos selecionados. Os resultados indicam que tanto no Brasil quanto em Portugal o teletrabalho docente no ensino básico, implica em precarização de novo tipo desses profissionais, marcada pela indeterminação do tempo do trabalho e do não-trabalho, bem como pela ausência de apoio na formação, na compra de equipamentos e de regulamentação da nova atividade.

Palavras-chave: Educação Básica, Ensino Remoto, Teletrabalho, Brasil, Portugal.

Introdução

A qualificação profissional e a escolarização no âmbito da dominação burguesa, estão associadas à um papel unicamente instrumental, como ferramentas para o crescimento econômico e atendimento das exigências do mercado, conforme a ideologia do capital humano e da meritocracia e, nesse sentido, se colocam contrárias à própria educação enquanto formação e emancipação humana, envolvendo todas as dimensões do ser, incluindo-se a formação para o trabalho (FRIGOTTO, 2012).

Um novo professor vai sendo gestado a partir das novas demandas do capital na era informacional-digital, envolvendo desde sua formação inicial até sua atuação no mercado de trabalho. Em tempos mais recentes, sob a pandemia imposta pelo Covid-19 e a necessidade do isolamento social, tem havido a difusão do teletrabalho na implementação do ensino remoto na educação básica pública tanto no Brasil quanto em Portugal, alterando o processo de trabalho bem como as condições de realização do mesmo, e trazendo novos elementos à problemática da precarização do trabalho docente nessa etapa educacional.

Convém lembrar que a educação básica corresponde ao ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes, dos 6 aos 17 anos, tanto no Brasil como em Portugal, incluindo-se os estudantes com necessidades especiais. Para Fagiani (2018), essa etapa educacional é decisiva na formação dos trabalhadores e os estudantes são muito dependentes das orientações dos professores, mais ainda quando estão nos anos iniciais, fase de alfabetização e, por isso, os professores devem possuir boas condições de trabalho e boa qualificação, envolvendo conhecimentos e habilidades específicas, que permitam a escolha de conteúdos e metodologias específicas, os quais não devem ser padronizados, considerando-se as peculiaridades de cada criança. Para o autor, no caso do ensino à distância, esse conjunto de variáveis é suprimida.

Partindo dessas ponderações, o objetivo é problematizar o trabalho docente na educação básica pública no Brasil e em Portugal, abordando-se as condições de trabalho, em especial com a difusão do teletrabalho associada ao ensino remoto. A metodologia foi baseada em estudos bibliográficos, documentais e relatórios de pesquisas, análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), Base de Dados Portugal Contemporâneo - Pordata e Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em períodos selecionados.

A Introdução do Teletrabalho Docente na Educação Básica Pública no Brasil

Sob a pandemia do Covid-19 e a necessidade do isolamento social, uma nova modalidade de trabalho docente tem sido disseminada na educação básica no Brasil, o ensino

remoto emergencial (ERE) por apps. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do Comitê Operativo de Emergência, teve como uma de suas primeiras decisões, já em 18 de março de 2020, a autorização do ensino remoto em substituição as aulas presenciais.

Nesse contexto, sob forte influência de empresas educacionais privadas a vender plataformas e conteúdos, vinculadas às grandes corporações de tecnologia da informação, como a Amazon, Microsoft, Facebook, Apple, Alphabet/Google, os apps foram o meio oferecido como suporte para os professores. Segundo pesquisa nacional realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente - Gestrado (2020), com cerca de 15.000 professores da educação básica pública, as apps são utilizadas por 42,9% das redes municipais e por 75,2% das redes estaduais de ensino. Outra pesquisa nacional, realizada pela Nova Escola (2020), com aproximadamente 9.000 profissionais da educação, sendo 85% deles professores da educação básica e 75% da rede pública afirmaram que a plataforma mais utilizada para se comunicar com a família dos estudantes é o WhatsApp (65,3%), seguida do Facebook (36,4%).

Segundo Previtali e Fagiani (2020), no estado de Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) elaborou um Regime de Estudo não Presencial, ou seja, uma EaD, composto por um Plano de Estudo Tutorado (PET) e programa de TV em parceria com a Rede Minas, com apostilas mensais de orientação de estudo e atividades por ano de escolaridade (1º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio), sendo a distribuição das apostilas feita prioritariamente por meios virtuais, dentre eles: site da SEE, e-mail e WhatsApp dos pais cadastrados nas escolas.

Dados de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020) apontam que 53,7% e 55,9% dos domicílios particulares não tem computadores no estado de Minas Gerais e no Brasil, respectivamente. Ainda: não utilizam internet 20,7% e 20,9%; não utilizam internet pelo microcomputador ou tablet 48,2% e 49,5%; não utilizam a internet por telefone móvel celular 0,8% e 0,8% e não possuem televisão 3,0% e 3,6% respectivamente no estado de Minas Gerais e no Brasil. Vale lembrar que os professores da educação básica estão incluídos nesse quadro, sendo que 9 a cada 10 professores utilizavam o telefone celular para a realização das aulas remotas (GESTRADO, 2020). Portanto, o principal meio de acesso à internet é o telefone móvel celular, ferramenta essa muito inapropriada para o preparo e realização das aulas.

Destaca-se que 84% dos professores da educação básica pública não tinha experiência com aulas remotas e houve pouca atenção dos governos em atentar para a formação direcionada à essa nova atividade, sendo que 53,6% dos professores das Redes Municipais de Ensino e 24,6% dos professores das Redes Estaduais de Ensino afirmaram não receber nenhum tipo de formação para o uso das tecnologias digitais (GESTRADO, 2020).

Outro ponto importante quanto ao ensino remoto diz respeito ao argumento disseminado por empresas educacionais e pela grande mídia, de que ele possibilita maior

tempo livre ao professor. No caso do trabalho docente essa informação não se confirmou. Na verdade, o teletrabalho docente na educação básica no Brasil tem implicado em mais horas trabalhadas pois passa a envolver atividades de cunho informacional-digital complexas que fogem à formação do professor.

De acordo com a Gestrado (2020), aproximadamente 75% dos professores da educação básica apresentaram a percepção de que houve um aumento nas horas trabalhadas no ensino remoto. Segundo uma professora:

Sou professora de ciências naturais na rede municipal de turmas de Ensino Fundamental do 8º e 9º ano. Minha carga horária de 60 horas, dobrou. As incertezas são grandes. O isolamento social trouxe a necessidade de se reinventar e solidificar a tecnologia aliada à criatividade (NATIVIDADE, 2020, s/p).

Segundo a Nova Escola (2020), 66% dos professores precisaram se afastar do trabalho por questões de saúde, com destaque para os casos de ansiedade (68%), estresse e dor de cabeça (63%), insônia (39%), dores nos membros (38%) e alergias (38%). Em uma escala de 0 a 10, 19,6% dos participantes da pesquisa avaliaram sua saúde emocional neste momento em comparação ao período pré-pandemia, com a nota 5. Diz uma professora:

Sou mãe de uma criança de 2 anos. Eu e meu marido estamos trabalhando home office. Tentamos dividir as responsabilidades, mas a maior parte sempre cai para mim. E por trabalhar mais que a minha carga horária normal, tivemos conflitos graves, pensamos até em separação, por eu ter que dar uma maior atenção ao trabalho (NATIVIDADE, 2020, s/p).

A Introdução do Teletrabalho Docente na Educação Básica em Portugal

Em Portugal, o teletrabalho docente na educação básica pública teve início em 16 de março de 2020, com a introdução do ensino remoto, em função da pandemia do Covid-19, envolvendo as etapas de ensino compreendido desde o 1.º ano até ao 10.º ano da educação básica sob fortes questionamentos da comunidade escolar.

Em pesquisa realizada pela Fenprof (2020), com 3.548 professores, dos quais 63,9% são docentes do 3.º ciclo e do ensino secundário, 93,5% deles avaliaram que o ensino remoto sob a pandemia tem implicado em aumento da desigualdade entre os estudantes em função dos problemas familiares já existentes e agora agravados pela suspensão de contratos de trabalho ou pelo desemprego. Diz um professor:

As desigualdades aprofundam-se, a falta de equidade é evidente e os alunos de situação socioeconómica mais baixa são, à partida, excluídos. Estes alunos não possuem apoio familiar e não possuem equipamentos tecnológicos para acompanhar os

colegas (FENPROF, 2020, p. 24)

Quanto ao processo de trabalho docente, a pesquisa demonstrou que 89,3% dos professores passaram a utilizar as plataformas digitais no ensino básico público. Entretanto, 60,0% dos professores afirmam que o Ministério da Educação não criou as condições adequadas necessárias à realização do mesmo, sejam elas de ordem financeira, para aquisição de equipamentos e/ou rede de internet, sejam de apoio à capacitação para as novas atividades.

Quanto ao primeiro aspecto, segundo um professor:

Todos os recursos utilizados por mim foram comprados/pagos... por mim: computador, internet e telefone. Nunca ninguém me perguntou se eu queria ou podia utilizar o meu computador e/ou telefone... marcaram as aulas síncronas sem ouvir os professores. Em casas com computadores partilhados é um problema. (FENPROF, 2020, p. 16).

Ainda segundo a pesquisa realizada pela Fenaprof (2020), para 65,1% dos professores, o ensino remoto apresenta maiores exigências de trabalho do que o presencial, implicando em mais horas trabalhadas e intensificação do trabalho. Conforme afirma um professor:

O trabalho docente triplicou. Os alunos procuram-nos a toda a hora e todos os dias recebo pedidos de esclarecimentos e trabalhos enviados às 23 ou 24 horas... Deixaram de existir fins de semana e as jornadas de trabalho chegam frequentemente às 12 e 14 horas/ dia. (FENPROF, 2020, p. 17).

Esse quadro de intensificação do trabalho, envolvendo mais atividades e mais tempo dedicado ao trabalho, aliado à falta de preparo e apoio para a realização das novas atividades têm contribuído para um sentimento de impotência diante das dificuldades e favorecido o adoecimento docente. Conforme afirmam os professores:

As pessoas estão à beira da exaustão. A adaptação está a ser muito difícil e a frustração também, pois não estou preparada para, em tão pouco tempo, corresponder ao que me é solicitado. (FENAPROF, 2020, p.19).

Considerações Finais:

Considerando a formação integral do discente, é fundamental ao professor a formação continuada, a qual deve possibilitá-lo saberes para executar sua prática com papel estratégico político, social e profissional na formação do discente para a vida em sociedade e o mundo do trabalho. Além do mais, diante da constante evolução tecnológica, é crucial que a formação docente favoreça conhecimentos voltados ao uso das ferramentas tecnológicas no contexto escolar.

A formação docente humanizada, crítica e emancipadora das futuras gerações buscando a promoção do discente no âmbito social, cultural, intelectual e profissional, requer que o professor seja o maestro do processo de construção desse novo mundo que está por vir. Para isso, o profissional docente, a comunidade escolar e os demais envolvidos na educação devem estar articulados e comprometidos com o desafio de promover uma educação integral e integrante.

Observa-se tanto em Portugal quanto no Brasil que o teletrabalho docente no ensino básico, implica em precarização de novo tipo desses profissionais, marcada pela indeterminação do tempo do trabalho e do não-trabalho, bem como pela ausência de regulamentação da nova atividade.

REFERÊNCIAS

FAGIANI, C. C. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?** Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Disponível em:

<https://www.editoranavegando.com/livro-brasil-e-portugal-1> Acesso em: 20 de abr. 2021.

FENAPROF. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES. 2020. **Relatório: O Ensino a Distância (E@D)**. As percepções e a(s)palavra(s) dos professores. Disponível em:

https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_115/Doc_12667/Anexos/ED_-_a_percecao_dos_professores.pdf. Acesso em 10 Jan. 2021.

FRIGOTTO, G. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: teorias em conflito, In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2012. p. 25 - 53.

GESTRADO. GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. 2020. **Relatório Técnico Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**.

Disponível em: <https://gestrado.net.br/pesquisas/trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia-cnte-contee-2020/>. Acesso em 15 de Out. de 2021.

IBGE. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/10070/64506?ano=2018&localidade1=0> Acesso em: 10 de mai. 2021.

NATIVIDADE, P. 2020. '**Preciso parar para vomitar**': professores revelam bastidores de educação a distância. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/preciso-parar-para-vomitar-professores-revelam-bastidores-de-educacao-a-distancia/>? Acesso em 14 de jul. de 2020.

NOVA ESCOLA. **A Situação dos Professores brasileiros durante a Pandemia**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileiros-durante-a-pandemia> . Acesso em: 12 out. 2020.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho Digital e Educação no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0** São Paulo: Boitempo, 2020. p. 217- 236.